

Dossiê: “Entre drogas e medicamentos: a Cannabis na discussão entre saúde e segurança pública”

“Pra quem é boy, já é legalizado”: desigualdades nos acessos à maconha a partir de uma etnografia com cultivadores de Sergipe e do Rio de Janeiro

Gabriel Seixas Silva

Universidade Federal Fluminense

gseixas@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0002-4261-4647>

RESUMO

Este relato etnográfico é parte de pesquisa de mestrado que realizei entre 2023 e 2025, cujo foco foram as práticas de cultivo e de acesso à maconha no Brasil, mais especificamente com interlocutores dos estados do Rio de Janeiro e Sergipe. Utilizei entrevistas com esses interlocutores, os quais compartilharam histórias sobre o início e a manutenção do saber técnico de cultivo, demonstrando as disputas envolvendo a comercialização dos derivados de maconha no mercado legal e ilegal. Neste texto, apresento um relato em que descrevo minha experiência pessoal de tornar-me um “paciente medicinal” de maconha no Brasil, abordando os procedimentos burocráticos de acesso efetivo ao produto, os custos e o início do tratamento médico. A interação com cultivadores da planta e a experiência pessoal como paciente possibilitou a compreensão sobre as redes de conhecimentos, culturas e trocas relacionadas à circulação dos produtos derivados da cannabis, como também possibilitou observar as disputas e as contradições nas políticas públicas sobre drogas, em específico, externalizando as desigualdades no acesso à maconha no Brasil.

Palavras-chave: Maconha; Políticas sobre drogas; Justiça criminal; Antropologia do direito.

“For those who are boy, it’s already legalized”: inequalities in access to cannabis from na ethnography with growers from Sergipe and Rio de Janeiro

ABSTRACT

This ethnographic report is part of my master's research carried out between 2023 and 2025, which focused on the practices of cultivation and access to marijuana in Brazil, more specifically with interlocutors from the states of Rio de Janeiro and Sergipe. I used interviews with these interlocutors, who shared stories about the beginning and maintenance of the technical knowledge of cultivation, demonstrating the disputes involving the commercialization of marijuana derivatives in the legal and illegal markets. In this text, I present an ethnographic account in which I describe my personal experience of becoming a “medical marijuana patient” in Brazil, addressing the bureaucratic procedures for effective access to the product, the costs and the start of medical treatment. The interaction with growers of the plant and my personal experience as a patient enabled me to understand the networks of knowledge, cultures and exchanges related to the circulation of cannabis-derived products, as well as making it possible to observe the disputes and contradictions in public policies on drugs, specifically externalizing the inequalities in access to cannabis in Brazil.

Keywords: Marijuana; Drug policies; Criminal justice; Anthropology of law.

“Para quienes eres boy, ya está legalizado”: desigualdades em el acceso a la cannabis a partir de uma etnografía com cultivadores de Sergipe y Río de Janeiro

RESUMEN

Este relato etnográfico forma parte de mi investigación de maestría realizada entre 2023 y 2025, que se centró en las prácticas de cultivo y acceso al cannabis en Brasil, más específicamente con interlocutores de los estados de Río de Janeiro y Sergipe. Utilicé entrevistas con estos interlocutores, que compartieron historias sobre el inicio y el mantenimiento del conocimiento técnico del cultivo, demostrando las disputas que involucran la comercialización de los derivados del cannabis en los mercados legales e ilegales. En este texto, presento un relato etnográfico en el que describo mi experiencia personal de convertirme en «paciente medicinal» de cannabis en Brasil, abordando los procedimientos burocráticos para el acceso efectivo al producto, los costos y el inicio del tratamiento médico. La interacción con cultivadores de la planta y mi experiencia personal como paciente permitieron comprender las redes de conocimiento, culturas e intercambios relacionados con la circulación de productos derivados del cannabis, así como observar las disputas y contradicciones en las políticas públicas sobre drogas, exteriorizando específicamente las desigualdades en el acceso al cannabis en Brasil.

Palabras clave: Marihuana; Políticas de drogas; Justicia penal; Antropología del derecho.

“Alô, alô, população
Planeta Terra
Veja quem lucra com a proibição
E você vai descobrir
Quem sustenta essa guerra

Mentes criminosas doutrinam mentes adormecidas
Pra seguir demonizando a cannabis sativa
Essa bendita planta
O plano é baseado no medo e na ignorância alheia
Semeia discórdia
E planta informação errada, adulterada
Esse é o esquema dos caras
A planta é revolucionária
Só não vê quem não enxerga
Há mais de 10 mil anos salvando o planeta Terra

Jardineiro não é traficante (ouçam)
Jardineiro não é traficante (escutem)
Jardineiro não é traficante (ouvi dizer)
Ouça o que eu tô lhe dizendo, cumpadi: Não compre, plante (2X)

Jogou a semente no vaso e fez bem
Jardineiro fiel
Possui a fórmula do amor
Te digo que até hoje não matou ninguém
Deixa a planta crescer
Já tamo na fase da flor
Depois joga na mente
Que pra fazer pensar
Quem pensa se levanta
E tem coragem pra lutar
Nossa luta é diferente
É pra fazer curar
Pra curar a ignorância
Do medo de uma planta
Futuro que é canábico
Tio Sam legalizou
Falam de guerra às drogas
Tu sabe que é caô
É química que eles querem
E vão falar com dotô
Eu quero sabedoria
E vou falar com vovô
E ele disse

[refrão]

Militares e políticos sempre saem ilesos

Estão envolvidos com tráfico
Mas nunca foram presos

A indústria farmacêutica já quer vir lucrar
Ela conta a sua lorota pra poder disfarçar
Leis que não representam a verdade do planeta
A erva é livre, veio da natureza
Autocultivo, já
Isso é cultura ancestral
Espalhem as sementes
Plantas de poder real
Medicinal
Digo com toda certeza
Desde África, China, Jamaica e Cruzeta

(Jardineiro, Planet Hemp, 2022)

Introdução

Nasci e me criei na cidade de Lagarto, localizada na região centro-sul do estado de Sergipe, zona climática majoritariamente agreste e uma população estimada de 104.408 habitantes. O território agrupa áreas urbanas e rurais, abrangendo mais de 140 povoados (distritos rurais).

Sempre morei na mesma casa, localizada na área urbana, em um bairro chamado Sílvio Romero. Estudei durante meu ensino básico-fundamental em uma escola de freiras localizada próximo à casa dos meus avós, no centro da cidade, que se localiza algumas ruas da praça da igreja matriz, cujo entorno conta com a sede da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e de quatro das cinco agências bancárias da cidade. Desde criança, percorri o centro e os bairros vizinhos e trabalhei nas ruas do comércio da cidade, fazendo pagamentos de boletos para lojistas e auxiliando familiares que trabalhavam no comércio de veículos (carros e motos) em feiras da região.

Desde o colégio de freiras do ensino infantil, até o final do meu ensino fundamental, estudei em escolas que, antes do início do dia letivo, reuniam os estudantes no pátio da escola para um momento de oração. Ou seja, uma cidade com muitos conservadorismos e moralidades vinculados a uma tradição religiosa bem marcante, e com aspectos políticos

herdados e reformulados a partir de um movimento coronelista de algumas famílias/grupos oligárquicos que gerenciam o controle da região e vivem em uma forte disputa político-partidária em “pé de guerra”¹.

Iniciei a graduação em Direito em 2017, época em que fui residir na região metropolitana da capital Aracaju/SE, que fica a pouco mais de 70 km de Lagarto. Apesar do comércio movimentado e de festas populares tradicionais, como a silibrina², quermesses e a vaquejada, Lagarto possui um clima pacato, diferente do ritmo de cidades maiores, como a cidade do Rio de Janeiro e Niterói.

Ressalto a importância desse detalhe sobre minha trajetória, pois, durante a pesquisa, fui notando, e ainda não tenho certeza, que não ser do estado do Rio de Janeiro foi um aspecto que implicou na metodologia de pesquisa. Percebi isso a partir do momento em que comecei a morar no Rio de Janeiro e entrei em um processo de estranhamento com relação ao ritmo da cidade e das pessoas que fui conhecendo, uma realidade mais agitada, na qual as pessoas andavam “na atividade”, para não “dar mole”, e onde tudo é feito “com todo respeito”, já que “malandro é malandro, e mané é mané”.

No início de 2023, conheci um grupo de pesquisa em políticas sobre drogas e iniciei a participação nas reuniões, acompanhando os debates, os textos e as pesquisas sobre as práticas de uso, produção, circulação e de controle que cercam as substâncias psicoativas e seus atores. A partir desse contato, fui informado sobre o processo seletivo para ingresso no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense, no qual fui aprovado, dando início a uma grande mudança na minha vida, não somente no âmbito profissional-acadêmico, como também nas diferenças de perspectivas por conta da mudança de estado e de região do país.

A partir da minha mudança para Niterói, do início da pesquisa de campo no Rio de Janeiro, da participação nas disciplinas durante o mestrado e do contato com diversas

¹ Referência ao livro “Uma cidade em pé de guerra: saramandaia x bole-bole” (Santos; Modesto; Monteiro; Santos, 2008).

² Celebração que ocorre em 31 de maio e é caracterizada pelo replantio de um mastro, acompanhada por bandas de pífano.

pessoas que trabalham, estudam, militam e/ou são impactadas pela pauta da maconha e da política pública de drogas, a pesquisa foi tomando uma nova formatação, diferente daquela proposta inicialmente na seleção do mestrado.

Após quatro meses residindo em Niterói, em contatos estabelecidos na universidade e em atuação profissional passada, fui convidado para trabalhar em um escritório de advocacia com atuação específica em políticas sobre drogas, em ações criminais envolvendo acusações de tráfico de drogas, como também na elaboração e no acompanhamento de *Habeas Corpus* preventivos para o autocultivo de maconha terapêutica por pacientes e associações.

Através do trabalho como advogado e da pesquisa de campo que vinha realizando no Rio de Janeiro, além da rede de interlocutores cultivadores em Sergipe que conheci por meio da pesquisa de conclusão de curso da graduação, comecei a fazer pesquisa com cultivadores da planta nos respectivos estados. Agendei algumas entrevistas nas quais tive acesso a conversas em que foram abordadas práticas locais de cultivo, as implicações jurídicas da proibição, as redes e as rodas de trocas de informações, além de tratar sobre as pretensões futuras como cultivadores de maconha em um possível cenário de legalização da planta no país.

Assim, o trabalho de campo envolveu o acompanhamento de rodas de conversas, simpósios e palestras com usuários terapêuticos e pessoas que realizam uso social, contando também com profissionais de saúde, operadores do direito, pesquisadores, entre outras áreas que estudam a maconha.

Ao longo da pesquisa, fui estabelecendo interlocuções com diversos perfis de cultivadores, de realidades e territórios distintos, e que entendem de modo diferente a forma de fornecimento e acesso às plantas. Entre eles, estão os cultivadores-pacientes, ou “pacientes dedo-verde” (Motta, 2020), que possuem autorização da justiça, por meio de *Habeas Corpus* criminal³ preventivo e que produzem seu próprio remédio, com vedação a

³ O *Habeas Corpus* é um instrumento processual do direito, considerado um “remédio constitucional”, que objetiva garantir a liberdade de qualquer pessoa, quando esta encontrar-se presa ilegalmente ou

qualquer forma de distribuição (autocultivo) ou desvio de finalidade; os cultivadores que plantam para fins sociais/adultos que não possuem autorização judicial e também não comercializam sua produção; e os cultivadores que não possuem autorização judicial e comercializam sua produção.

A metodologia de pesquisa escolhida para nortear este trabalho foi a etnografia, com a realização de trabalho de campo guiada por métodos que envolvem a observação participante, entrevistas semiestruturadas e levantamento bibliográfico. Utilizei também o acesso a aplicativos de mensagens como Telegram, WhatsApp, Instagram e Reddit, para estabelecer comunicação com meus interlocutores, além de chamadas de vídeo, comparecimento em atividades virtuais e presenciais com os atores inseridos nas discussões e nas disputas envolvendo o cultivo de maconha no Brasil.

Durante a pesquisa, consegui realizar 27 interlocuções⁴, abrangendo um público formado por cultivadores(as) e comerciantes varejistas⁵ de maconha dos estados de Sergipe e do Rio de Janeiro⁶. O contato foi estabelecido com os interlocutores ao longo do meu trabalho de campo nesses dois estados, desde 2022, na tentativa de refletir sobre o funcionamento do direito, do proibicionismo, do racismo e das disputas e desigualdades no acesso à maconha no Brasil, em especial ao processo de criminalização dos cultivadores da planta pela atual Lei nº 11.343 de 2006 (Lei de Drogas).

estiver com a sua liberdade ameaçada ou em iminente risco. Sobre *Habeas Corpus* para o cultivo de maconha, ver Emílio Figueiredo (2021).

⁴ As interlocuções as quais me refiro são as relações de confiança que busco estabelecer com as pessoas que converso e ouço as histórias, e não se limitam aos diálogos tidos somente em entrevistas ditas formais, pois falas muito interessantes surgiram quando eu desligava o gravador. Ou seja, acompanhar essas pessoas e manter um contato regular, mas não necessariamente contínuo-semanal, nem mesmo que tenham que tornar-se amigo, mas muitas vezes é inevitável não ser afetado pelo trabalho de campo, tendo em vista os vínculos que são formados. Na pesquisa, suponho que a maioria das minhas interlocuções foi facilitada pela minha inserção nos eventos que fui participando, à medida que fui conhecendo as redes que trabalham e/ou estudam sobre a maconha.

⁵ Esses comerciantes realizam a venda de maconha e de outras substâncias. Realizam suas transações na área urbana, utilizando um formato *delivery* através de aplicativo de mensagem.

⁶ Dos quais 12 são cultivadores da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, 6 são cultivadores da região metropolitana da cidade de Aracaju, 6 comerciantes varejistas em Sergipe e 3 comerciantes varejistas do Rio de Janeiro.

Essas interações foram mediadas a partir das leituras sobre o processo descritivo de observação dos fenômenos sociais, que ajudaram na elaboração dos distintos significados da vida social e de seus detalhes, na tentativa de realizar uma “descrição densa” (Geertz, 2002) a partir dos saberes locais.

Assim como descreve Roberto Kant de Lima (2011), a etnografia pode vir a ser utilizada como importante instrumento para “desvendar” as práticas casuísticas e arbitrárias, mas eficazes em sua manutenção e reprodução, do saber-poder jurídico. As particularidades da prática jurídica devem ser esmiuçadas, não deixando nada de lado, conhecendo-se a partir da estranheza do olhar o “outro” a partir de suas lentes. Além de que, quando o trabalho de pesquisa envolve reflexões, questionamentos e exame sistemático do nosso próprio ambiente, do que é familiar, a “realidade” é filtrada conforme o ponto de vista daquele que a observa, mas é percebida de maneira diferenciada (Velho, 1981).

Neste relato etnográfico, apresento um recorte da pesquisa em andamento, em específico sobre a primeira interlocução de pesquisa que tive com dois cultivadores de Sergipe e suas percepções sobre o acesso à “maconha medicinal”. Além disso, descrevo o meu processo individual de tornar-me um “paciente medicinal” de maconha, apresentando os custos do tratamento, as disputas e contradições envolvendo o acesso no Brasil.

Para pensar sobre os atores e o contexto de realização desta pesquisa, destaco os estudos sobre a violência e a repressão aos cultivos na região denominada “polígono da maconha” no nordeste brasileiro (Fraga, 2006). Além do panorama da história da planta nos chamados “ciclos de atenção” até tornar-se um “problema público”, envolvendo aspectos de ordem econômica, científica, militar, política, recreativa, religiosa e terapêutica nas transações com maconha (Brandão, 2016; 2017; 2024). No mesmo sentido, a necessidade de se ater aos elementos políticos, históricos e às moralidades envolvendo a mudança do status da planta “de veneno à medicamento”, paralelo às denominações “de maconha a cannabis” (Fraga; Rosa; Rezende, 2023).

Além do que, no cenário de pesquisa, fui sendo apresentado ao que se denominou “cultura canábica”, um conjunto de consumos, práticas e representações apropriadas em meio a padrões de interações entre humanos e não humanos, que incluem desde manifestações artísticas até potentes mercados (lícitos em alguns lugares do mundo, ilícitos em outros), tudo em torno de uma planta, a maconha, ou cannabis (Motta, 2020; Motta; Veríssimo, 2020; Veríssimo, 2017; Vidal, 2010).

Na tentativa de entender melhor o contexto dos cultivadores aqui pesquisados, que podem ou não serem usuários, como também podem ou não serem comerciantes, fui tendo contato com a bibliografia do sociólogo Howard Becker (2008) acerca das condutas sociais ditas desviantes, dos sistemas próprios de regras e valores instituídos entre os usuários de maconha. Chamo atenção às descrições sobre o processo de tornar-se um usuário de maconha e a experiência de campo do autor com grupos de músicos de jazz nos Estados Unidos face às contradições envolvendo os sistemas de valores que coexistissem e se entrecruzam nos contextos, como também dos inerentes conflitos, à exemplo da figura do “quadrado” (*square*)⁷, entendido também como o “careta”. Do mesmo modo, tive que me ater a estudos que me auxiliaram a ir compreendendo os estigmas que recaem sobre determinadas pessoas e a identidade atribuída nesse processo (Goffman, 1978), e os meios de estigmatização da maconha e de seus usuários (Brandão, 2017).

O contato com os atores desta pesquisa iniciou-se em 2022, e continuou de modo informal e gradativo, com conversas e esclarecimentos que auxiliassem na formação de vínculo de confiança para o compartilhamento de suas histórias e experiências. As transcrições das falas serão utilizadas ao longo do texto. As conversas foram iniciadas por algumas questões elaboradas previamente: primeiro, explicava sobre a dinâmica da pesquisa etnográfica que vinha realizando e sobre o sigilo de todos os dados que fossem

⁷ “Refere-se ao tipo de pessoa que é o oposto do que todo músico é, ou deveria ser; e uma maneira de pensar, sentir se comportar (com sua expressão em objetos materiais) oposta àquilo que os músicos apreciam. O músico é concebido como um artista que possui um misterioso dom artístico que o distingue de todos os demais” (Becker, 2008, p. 94).

fornecidos, observando ainda que o único meio de registro utilizado seria a gravação de voz, **usada** somente para transcrição das falas, momento em que solicitava a autorização verbal para a gravação.

Nas entrevistas, tentava falar o mínimo possível e perguntava sobre a história de vida deles(as), detalhes como idade e composição familiar/social, e questionava alguns pontos que elaborei anteriormente: Como e por que teve o primeiro contato com a maconha? Como e por que a questão do cultivo surgiu? Qual foi o processo até montar seu primeiro cultivo? Quais os métodos e as técnicas preferidos no manejo das plantas? Possui histórico de abordagens, violências policiais ou algo semelhante? Quem cultiva consegue tirar férias? Quais as expectativas sobre uma possível legalização da maconha no país e a inserção do cultivador no mercado de trabalho?

A descrição das narrativas pessoais dos interlocutores, como da minha própria experiência pessoal em trabalho de campo, surge da tentativa de compreender os mecanismos políticos, culturais e individuais relacionados às moralidades sobre a circulação de maconha no Brasil. Optei por priorizar as vozes dos participantes, transcrevendo suas falas e preservando suas identidades para assegurar que os detalhes de suas experiências não se perdessem em meio ao anonimato. Reconheço também que meu papel como pesquisador não foi imparcial, tendo as interações, perguntas, e mesmo minha presença, possivelmente influenciado nas respostas. Essa escolha metodológica tornou-se um recurso para observar e descrever criticamente os discursos proibicionistas e antiproibicionistas que surgiram ao longo da pesquisa.

“Pra quem é boy, já é legalizado”: o cultivo e os usos de maconha

Quando eu comecei a fumar maconha, eu tinha o quê, uns 12 anos. E eu não tinha prensado, o que chegava para mim era a natural tá ligado? E eu fiquei viajando e falei caralho é tão simples analisar, olhe os nomes que a gente dá: prensado, flor e o que? natural. Já diz tudo parceiro, se é natural é da natureza, é uma flor, isso já lhe diz que é uma flor. Então, essa flor que a gente vê hoje em dia nas redes, e os cultivos foda, são as que deveriam ser, não deve ser aquela

flor natural que a gente encontra e acessa aqui, que chega seca, com semente, verde ainda, nem deve ser aquela flor prensada que também a gente acessa.

A flor correta e a que deve ser é a que a gente vê, aquele negócio resinado, cheiroso, cheio de terpeno, realmente cheio de medicina, tá ligado? É que a gente tem acesso a uma flor de baixíssima qualidade, você não sabe na maioria das vezes nem o que é. Tem sua parte medicinal? Tem, porque a gente tá fumando um prensado agora e sabe que tá sendo medicinal tá ligado? Tava falando pra Fulana esses dias, quantas pessoas não deixaram de se matar porque teve acesso a um prensado, porque tava naquela ansiedade, naquela tara de fazer uma coisa ruim consigo mesmo, aí um amigo ali botou um baseado na roda e ele foi pra casa ao invés dele ir fazer coisa errada ele dormiu, tem dessas... tem dessas... agora vou parar de chamar de prensado e chamar de flor prensada (risos) (Bob, entrevista, 2023, Sergipe).

A chamada “flor” da maconha começou a ser um importante foco de minha pesquisa. Enquanto escrevia, falhei muitas vezes em tentar conceituar o que seria “flor”, buscando não me limitar à conceituação botânica, de forma que, ao conversar com interlocutores jardineiros, fui informado que, na verdade, “tudo são flores né?”. “O prensado não deixa de ser uma flor, porém, uma flor que não foi tratada da maneira que merece ser tratada, não teve um processo mais minucioso de corte, de secagem, de cura, de cuidado, tá ligado?” (Bob, entrevista, 2023, Sergipe). Bob⁸ é uma das figuras centrais em minhas reflexões e um dos cultivadores interlocutores que reside em Sergipe.

Bob realiza o cultivo doméstico de maconha há mais de sete anos, tendo começado a cultivar “usando a semente do prensadinho que comprou na boca”, “porque tinha fumado uma flor uma vez e ficou impressionado com a lombra⁹ diferenciada”, “nunca que eu ia imaginar que aquilo que era maconha”, começou então a “pesquisar mais sobre as técnicas, tipo de solo, sementes e controle de qualidade da plantinhas” e me contava

⁸ Como forma de proteger a identidade dos interlocutores que tive contato das consequências jurídicas e dos julgamentos moralistas envolvendo as discussões sobre drogas no Brasil, alterei a identificação das pessoas ouvidas para essa pesquisa, a exemplo dos nomes e dos locais dos acontecimentos, mantendo as categorias nativas utilizadas por meus interlocutores.

⁹ Lombra seria o equivalente à “onda” ou “viagem”, resultante do processo de inalação ou ingestão de derivados da maconha. Ou seja, a palavra está relacionada aos efeitos proporcionados pelo consumo das substâncias psicoativas. Ver mais em “Uso de drogas: a alter-ação como evento” do antropólogo Eduardo Viana Vargas (2006).

alegre que “está chegando na fase de conseguir o auto sustento¹⁰, ter flor o ano todo” (Bob, entrevista, 2023, Sergipe).

Conheci Bob no final de 2022, a partir de um “salve”¹¹ de um amigo. Continuei o processo de pesquisa realizando diversas visitas ao seu “grow”¹², conversas informais com muitos questionamentos meus sobre as práticas de cultivo, além de conversas por aplicativo de mensagens, nas quais recebia fotos das fases de evolução de suas plantas, ou como ele se referia: “suas meninas”, “filhas”, “plantinhas”. O envio das fotos era sempre acompanhado de um áudio ou uma fala com um tom de orgulho e afeto. “Acorda vai ver as plantas, vai dormir, vai ver as plantas, chega em casa, vai ver as plantas [...]” (Bob, entrevista, 2023, Sergipe). Nesse trecho, Bob cita uma fala de sua companheira em uma conversa anterior do casal, referindo-se aos “ciúmes que ela tem pelos cuidados que eu tenho com minha planta”.

Em uma das conversas, Bob me informou que tinha realizado uma consulta médica, pois queria se tornar um paciente medicinal de maconha. Contou que, a partir de uma postagem no Instagram anunciando uma “consulta com prescritor de cannabis medicinal com valor social”, entrou em contato com a plataforma que realizava a intermediação entre o paciente e o profissional prescritor.

[...] mandei mensagem no Instagram, aí eles me perguntaram com que médico eu queria me consultar, mandaram uma lista lá dos profissionais com psiquiatra, médico da família, clínico, aí escolhi uma médica que já tinha visto nas redes, fiz

¹⁰ “Auto sustento”, segundo as anotações que fiz em diálogo com os interlocutores, seria a prática de realizar diversos “ciclos” no cultivo da planta da maconha, com a finalidade de “colher flores o ano todo”. Bob me contava isso enquanto “aparava” as folhas da planta, depois do processo de secagem, deixando exposta somente à “flor”. Paralelo a esse cenário, a cena *grower* também é marcada pela ostentação, opulência e competitividade entre seus atores, assim como descrito por Marcos Veríssimo (2017) nas copas canábicas.

¹¹ “Salve” é a prática de ajudar uma pessoa conhecida, com quem se tem um vínculo relacional, em conseguir acesso à maconha, não necessariamente como prática de aquisição pela via comercial, mas de uma ajuda mútua de fornecimento de pequena quantidade para a pessoa não ficar sem fumar até conseguir fazer um “corre”, “missão”. A ideia compartilhada é de que “você me salva hoje, que eu te salvo amanhã”.

¹² “Grow” é a referência utilizada pelos meus interlocutores para se referir ao espaço destinado ao cultivo de suas plantas de maconha.

a consulta e pá, mas você já chega sabendo que você vai conseguir tá ligado? E é isso né véi, porque quem tá fazendo esse movimento não é quem tem que tá a frente, quem tá a frente da legalização de forma medicinal, farmacêutica é os boy. Pra quem é boy, já é legalizado, não é nós que tá necessitando, nós que tá na linha de frente, porque se fosse nós que tivesse na linha de frente, não estaria chegando essa flor seca velha que os cara mandam de lá da gringa pra cá (Bob, entrevista, 2023, Sergipe).

Bob contou ainda que realizou o pagamento de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) para efetuar o agendamento de sua consulta virtual e que, no dia de atendimento, tiveram algumas falhas de conexão por conta da internet, mas que tinha sido tudo bem. Falou de seu quadro clínico e disse que ficou no aguardo das documentações para tentar conseguir adquirir seu remédio.

Ao receber sua prescrição médica e fazer o orçamento dos produtos indicados pelo profissional, Bob me mandou mensagem revoltado com os valores dos remédios indicados pela sua médica: “o que mais me incomodou foi o preço de frete fixo em 200 pilas, as flores não eram tão caras não, mas o óleo estava girando em 700 e pouco. Era tudo caro, mas o que pesou mais foi o frete” (Bob, entrevista, 2023, Sergipe).

Se você for parar pra analisar o que está acontecendo aqui no Brasil é massa, acontecendo aí maior acesso às flores e outras coisas de fora, mudando de alguma forma a percepção da sociedade e tal, mas quem é que tá sendo beneficiado com isso, da forma que está, tá ligado? Porque o ponto principal eu acho de uma legalização futura que vai ocorrer aqui no Brasil é isso, quem será beneficiado? Adianta porra nenhuma legalizar, conseguir a legalização e quem tiver condição de comprar sua medicina for só os boy, porque se for isso, isso já acontece total, já é a real. Se você tem condição, você não fuma prensado, você fuma flor, flor boa, e é foda falar isso (risos), porque, no final, tudo é flor né. Mas digamos que você fuma uma flor de melhor qualidade, tá ligado? Um exemplo que eu sempre dou quando falo de maconha é queijo, tá ligado parceiro? Quando eu era criança, só existiam dois tipos de queijo: queijo muçarela e queijo coalho. Não sabia que existia uma variedade enorme de queijo, isso eu vim perceber poucos anos atrás, tá ligado? E por que? Porque nem essa informação, nem mesmo o produto chegavam até mim. Pra você ver quando sua mãe mandava você comprar queijo no mercado, ela falava que tipo de queijo era? (risos). E a maconha é a mesma coisa, vários tipos, genéticas, e quem tem condição, já tá legalizado de certa maneira consumir sua medicina ali, que ele sabe o que tá consumindo de forma legalizada (Bob, entrevista, 2023, Sergipe).

Na conversa acima, Bob me fala sobre os tipos de maconha que teve contato desde a época que começou a fumar maconha, entre 2007 e 2008. Um dos fatores que destaca é

que, naquele tempo, cerca de 17 anos atrás, não tinha, no estado de Sergipe, a maconha do tipo prensada. A única forma que geralmente se tinha acesso era a “natural”, a “soltinha”, que é a flor da planta maconha, com a presença de alguns galhos e sementes.

A maconha “solta” ou “natural” descrita por Bob é produzida na região nordeste, e, segundo minhas suspeitas, sua produção se concentraria na região do Vale do São Francisco, nordeste brasileiro, conhecida como “polígono da maconha”, objeto de pesquisas importantes, como a do sociólogo Paulo Fraga (2006). A primeira maconha que eu fumei na vida, há nove anos atrás, também era uma “solta”.

Em Sergipe, a maconha “natural” possui características variáveis, normalmente superior às da maconha prensada por apresentar um aroma mais suave e um sabor característico, “com gosto de verde”, mas a qualidade também não chega a ser a maconha daqueles que referenciam a saudosa “manga rosa”¹³. A maconha solta é mediana, com um preço médio de mercado entre R\$80,00/R\$90,00 a aquisição de 25 gramas, sem a presença de fungos e sem o cheiro de amônia do prensado.

Abaixo, seguem algumas fotos tiradas durante o processo de pesquisa, que podem auxiliar na diferenciação das variedades citadas.

¹³ Ao chegar no Rio de Janeiro e contar sobre minha pesquisa com maconha, muitas das interações que foram acontecendo, em específico com pessoas com mais de 35/40 anos, referiam-se à “manga rosa” ou ao “soltinho do nordeste” em um tom de saudosismo na fala. Segundo a plataforma Kaya Mind (2022), a Manga Rosa, também chamada de “cabeça de nego” e “santa maria”, é conhecida por ser uma genética brasileira, cultivada no nordeste do país, em ambiente externo (*outdoor*), com origem incerta historicamente, com características que remetem a fruta “manga”, e a presença de flores com pistilos rosas, apresentando alto nível de THC e efeitos como euforia, relaxamento e excitação.



Figura 1 – Maconha “solta”, “natural” ou “soltinho”. Fonte: elaboração própria, 2023.



Figura 2 – Prensado. Fonte: elaboração própria, 2023.



Figura 3 – “Flor”; “bud”; “camarão”. Fonte: elaboração própria, 2023.

Em uma das longas conversas na casa de Bob, enquanto realizava uma das visitas para entrevistá-lo, observava-o utilizar seu “kit”, composto por uma tesoura, cuia de silicone, papel de seda, folheto de “piteira longa” de papel, piteiras de vidro e um recipiente de vidro com suas flores cultivadas em casa (Figura 3). Começou a “dichavar” (triturar) uma de suas flores em uma cuia de silicone e logo depois iniciou o processo de “bolar”, “enrolar” e “fechar” o baseado.

Com um pequeno sorriso de canto de boca, Bob me perguntou, em tom de brincadeira, “como pode né meu brother tanta gente morrendo nesse momento por isso aqui que a gente tá fumando?”. “E aí? Se eu colocar minhas flores aqui nesses potes de maconha medicinal, a planta se legaliza?” (Bob, entrevista, 2023, Sergipe). Não soube responder.

Continuamos conversando e, então, Bob começou a falar sobre os cuidados diários, “acordar na mesma hora que as plantas acordam, ou deixar elas dormindo enquanto estou acordado” e o cansaço que estava tendo por conta do último ciclo de cultivo e com a vida. Bob disse que estava se sentindo cansado, tendo que dividir sua atenção, cuidado e afeto para seu casamento, seu filho e suas plantas. Chamo atenção aqui como a relação do cultivador, imersa em uma dinâmica de “domesticação” mútua, é regrada por uma relação de amor por parte daquele(a) que cultiva e “cativa” sua planta, assim como já demonstrado pelo pesquisador Marcos Verissimo (2017).

Sobre o processo de domesticação das plantas e do “cativar”, vale destacar que o processo de domesticação e disciplinamento do cultivador possibilita essa autonomia e liberdade, para se consumir um produto diferente do fornecido nos mercados legais e ilegais. Ou seja, consumir algo que foi cuidado/cativado durante o processo de cultivo e, ao final, apreciado como um sommelier de vinhos o faz em um refinado mercado de bens simbólicos (Verissimo, 2017, p. 351).

“Esse vai ser meu último cultivo do ano e vou deixar tudo parado por enquanto. Minha esposa vai tirar férias neste início de ano e estou devendo uma viagem, nesses últimos anos não viajamos porque estava sempre no meio de um ciclo e não tinha quem

cuidasse das plantas”, dizia-me Bob (entrevista, 2023, Sergipe). E então Bob me faz outra pergunta que também me deixa curioso: “E aí Gabriel, quando o cultivador tira férias?”.

Quando o cultivador descansa? Comecei a questionar outros interlocutores jardineiros e as respostas variam: “não tira, se eu tiro férias eu fico sem fumar ou tenho que gastar uma grana do caralho para fumar o que tiver disponível no mercado, agora mesmo, eu tô sem nada pra fumar e sem nada no *grow*, ou seja, se a gente tira férias, a gente fica sem nada o tempo todo. É um ciclo vicioso que você não pode acabar nunca, começar um você já tem que tipo começou a flora de um já tem que tá na vega (vegetação) de outro... dentro do ciclo você ainda pode fazer uns clones, que com isso você consegue dar uma maior continuidade, aí você se torna auto sustentável, mas eu ainda não cheguei no auto-sustento”, me dizia outra interlocutora, Dezarie, sergipana, jardineira há dois anos, trabalhadora do comércio durante todo o dia, fuma maconha há sete anos e conheci em 2023, por meio de outro interlocutor.

Eu: Por que você começou a cultivar?

Dezarie: Eu comecei a cultivar porque eu não gosto de fumar prensado (risos), eu gosto de fumar coisa boa. Então, o bom se tornava muito caro, entendeu? Porque tipo 5 gramas você encontra por R\$ 300,00 para você fumar uma coisa de qualidade e eu ficava revoltada porque eu não tinha essa grana pra pagar. Mas eu queria qualidade, e hoje eu até entendo que é o valor correto, porque tipo olhe o tempo que passa de quando você coloca a semente na terra até você fumar, o cuidado que é, os gastos que a gente tem, que são inúmeros, minha energia por exemplo triplicou o valor. Nesse calor mesmo, teve momento que eu não tava mais dormindo com o ventilador, mas as plantas estavam dormindo com o ventilador. São gastos que pesam muito, mas sai muito mais barato do que pegar com um comerciante direto. Mas hoje eu super concordo com a comercialização, que o cultivador possa vender, porque a demanda é muito alta e a oferta é muito pouca, oferta com boa qualidade. E também para que a gente possa sair desses trabalhos convencionais, onde você trabalha durante 8 horas vendendo a sua vida ali, e você poder trabalhar com plantas que vão te dar o seu sustento e a sua medicina¹⁴ ao mesmo tempo (Dezarie, entrevista, 2023, Sergipe).

¹⁴ Ao questionar a interlocutora sobre a utilização da palavra “medicina” ao se referir à maconha, ela me respondeu que é associado ao “uso medicinal ancestral” da planta. E, ao final da resposta, ainda reforçou que “todo uso é medicinal, terapêutico”.

Em uma das conversas, Dezarie fala sobre como, a partir da criação de um perfil em rede social destinada ao cultivo, começou a conhecer uma “rede de ajuda” entre os jardineiros: “conheci muitas pessoas que eu nem sei quem são, e elas me deram informações valiosíssimas,. Planto há pouco tempo e, hoje, eu já sei um pouco mais do que eu sabia antes e já posso retribuir isso para outra pessoa que não sabe. Por exemplo, recebo várias mensagens pela (rede social), da galera pedindo ajuda de algo que elas não sabem. É uma união muito grande entre a galera que é jardineira, no sentido de trocar ideia sobre as técnicas, os fertilizantes, esse conhecimento todo envolvido” (Dezarie, entrevista, 2023, Sergipe).

Sobre o consumo da planta e ainda sobre as disputas envolvendo o acesso às flores da maconha, cabe destacar o artigo publicado por Yuri Motta e Marcos Veríssimo (2020), no qual os autores descrevem interlocuções com pessoas do Rio de Janeiro, que se dedicam, por diferentes motivos, a práticas de jardinagem visando colher maconha. Apesar de correrem o risco de serem incriminadas, algumas dessas pessoas demonstravam “relativo repúdio à mercantilização dos produtos obtidos a partir de suas práticas refinadas de jardinagem” (Motta; Veríssimo, 2020, p. 116):

Não obstante, os cultivadores caseiros que vendem seu produto, ainda que por razões óbvias não entrem como tais nos ativismos em prol de formais mais liberais de regulação da circulação da maconha, participam, a seu modo, da produção e reprodução da assim compreendida “cultura canábica” no Rio de Janeiro. Afinal, como resultado de seu paciente, dedicado e amoroso trabalho junto às plantas leva novos perfumes e sabores (muitas vezes frutados) às praias, concertos musicais e estádios de futebol, que fumantes (e até mesmo não fumantes) reconhecem como sendo um produto distinto do prensado. Sendo assim, o mercado consumidor de seu produto produz um consumidor refinado, distinto do consumidor do morro e também de boa parte do da pista, capaz de reconhecer e muitas vezes popularizar alguns traços da “cultura canábica”, propiciando assim sua relativa consolidação em escalas mais ampliadas.

Ainda mais, no artigo supracitado, Motta e Veríssimo (2020) destacam as distintas percepções e moralidades envolvidas no comércio da planta por parte dos cultivadores, em específico daqueles que se articulam como ativistas antiproibicionistas. Relevante destacar também a descrição feita pelos pesquisadores da interlocução estabelecida com

advogados e cultivadores. Como citado pelos autores, nas dinâmicas envolvendo a busca pela “autossuficiência”, havia a troca de excedentes, mas nunca visando o lucro monetário, e sim uma economia baseada na dádiva e no prestígio (Mauss, 2003 *apud* Motta; Veríssimo, 2020, p. 105).

O artigo de Motta e Veríssimo (2020) destaca ainda a lealdade a partir dos laços de confiança entre os que compõem a mesma categoria: “de *grower* para *grower*”¹⁵, e as facilidades de acesso a flores de melhor qualidade (maconha boa), compartilhados por meio de etiquetas e valores associados à “cultura canábica”. A categoria “cultura canábica” utilizada neste texto foi descrita pelo pesquisador Marcos Veríssimo (2017), destacando a pluralidade dessa categoria nativa:

A construção de uma cultura relacionada aos usos e/ou plantio de maconha, apesar do mundo de aspectos transnacionais nos quais repousa (cuja difusão de lógicas proibicionistas e as reações socialmente coordenadas a estas são apenas os mais visíveis), sempre vai ser uma construção local e particular. Não há, pois, “cultura canábica”, e sim “culturas canábicas” com configurações culturais particulares. O sucesso ou fracasso das pontes que os operadores culturais pretendem fazer entre as culturas locais do consumo de maconha com vistas a fins políticos legitimados e pretensamente universalizáveis, como a “legalização”, dependerão de sua sensibilidade para a realização efetiva de tráficos simbólicos eficientes entre as coisas, as pessoas e as culturas (Veríssimo, 2017, p. 126).

Além desse contexto de mais de uma cultura canábica, os atores se articulam e se correlacionam em espaços marcados por disputas. Uma delas envolve “as flores”, com a ocorrência de “transações” com a maconha junto à rede de cultivadores e usuários da planta, sejam comerciantes ou não, funcionando em um sistema de reciprocidade baseado

¹⁵ “De *grower* para *grower*”: esta expressão nos fora apresentada por nossos interlocutores, os advogados. E exprime o princípio de lealdade estabelecido através de laços de confiança, compartilhados por meio de etiquetas e valores associados à “cultura canábica”. É isso que faz com que haja este preço relativamente mais baixo quando quem compra é também um cultivador reconhecido pela rede. Careca teria feito isso diversas vezes. Transar o excedente de cultivos tratados com amor e dedicação durante meses não é, necessariamente, uma operação que envolva unicamente motivações utilitárias (Stuart Mill, 2007) em torno de ganhos monetários. Por isso, Careca era relativamente reconhecido nesse seleto mercado de *grower* para *grower*, por salvar os amigos que, por um motivo ou outro, tiveram problemas no cultivo que os impossibilitou de colher” (Motta; Veríssimo, 2020, p. 107).

na troca, na ajuda mútua, exemplificado no “salve” que citei acima, motivo que me fez conhecer Bob.

Com a frase “pra quem é boy, já é legalizado”, Bob me fez pensar sobre a desigualdade no acesso à maconha no Brasil, onde quem é “playboy”, ou seja, pessoa economicamente e socialmente privilegiada, já possui acesso, seja por meio do mercado legal de medicamentos e importações ou de autorização judicial, como será visto adiante, ou por meio do mercado ilegal, porque, “infelizmente, maconha boa é maconha cara”.

Assim, fica evidente como as formas de acesso a maconha no Brasil, mesmo através das mobilizações de narrativas terapêutico-medicinais, externalizam desigualdades sociais, hierarquias, contradições, disputas e moralidades entre os indivíduos que são considerados (mais ou menos) “dignos” de cuidado — como pacientes medicinais — e os que são vistos como criminosos pelo sistema de justiça criminal.

Chamo atenção para os estudos de Policarpo e Martins (2020) sobre as demandas legais pelo acesso à maconha na cidade do Rio de Janeiro, que chegam à justiça através de pedido de *Habeas Corpus* preventivo. E de como o saber técnico-jurídico da lei se mobiliza para articular a aplicação terapêutica da maconha, fundamentada nessa “dignidade humana” que é o acesso à maconha medicinal, afastando essas demandas do paradigma crime/violência e legitimando a articulação do eixo direito/saúde a partir da categoria dignidade.

Dessa forma, a interação com cultivadores da planta me permitiu observar como os cultivadores articulam redes de conhecimentos, culturas e trocas relacionadas à circulação dos produtos derivados da cannabis e como alguns experienciam o acesso à maconha autorizada através do “tornar-se paciente”. A curiosidade sobre os limites entre mercado legal e ilegal da maconha, como as implicações políticas e as disputas pelo fornecimento dos produtos autorizados (ou não) pelas normativas sanitárias brasileiras, fizeram-me questionar sobre quais seriam os passos e os custos atrelados ao processo de se tornar um paciente terapêutico no país. Até que agendei a primeira consulta com um

médico prescritor e comecei a entender um pouco melhor sobre como essa inacessibilidade era constituída.

Quando o usuário se torna paciente

No livro “O consumo de Drogas e seus Controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil e San Francisco, EUA”, o antropólogo Frederico Policarpo (2016) descreve, no segundo capítulo de sua tese, o processo de tornar-se um “cannabis patient” em San Francisco, nos Estados Unidos da América. A partir da leitura, comecei a me questionar como seria o processo de me tornar um “paciente de Cannabis medicinal” no Brasil. Já possuía um diagnóstico anterior de quadros de saúde envolvendo ansiedade e distúrbio do sono e procurei uma associação localizada no estado do Rio de Janeiro para saber o processo para me associar. Aqui chamarei a associação de ABRABA.

Entrei em contato com a associação pelo aplicativo Instagram, encaminhei uma mensagem e expliquei o meu interesse em me tornar um paciente de cannabis, questionando os caminhos necessários. Recebi um retorno informando que o primeiro passo seria agendar uma consulta com um profissional prescritor de cannabis, de acordo com a especialidade médica demandada. Perguntei se a associação possuía alguma lista de profissionais que trabalhassem com prescrição e foi encaminhado um arquivo online contendo uma lista com 30 nomes e contatos de profissionais prescritores habilitados de diferentes especialidades, como psiquiatria, neuropsiquiatria, pediatria, neurologia, clínica de dor, geriatria, medicina da família, dentista e veterinária.

Selecionei a especialidade e encaminhei uma mensagem para Frank, médico psiquiatra prescritor de cannabis, pelo aplicativo WhatsApp, explicando a minha situação de saúde, como tinha conseguido o contato dele e perguntando sobre o procedimento para agendar um atendimento. Segue a transcrição das mensagens de áudio e escritas trocadas:

Eu: Olá Frank, tudo bem? Peguei o seu contato com a associação ABRABA e gostaria de saber como é o procedimento de agendamento de consulta, quais seriam os valores e tudo mais. Fico no aguardo.

Frank: Oi Gabriel, bom dia. Tudo bem? Eu tô bem. Olha só, podemos agendar um atendimento, tá? A minha consulta tá R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), e inclui atendimento, prescrição e um retorno após 15 dias do início do tratamento. Durante a consulta, vamos ver suas queixas, seus sintomas e vamos bolar a melhor estratégia terapêutica para a gente te tratar, seja com o óleo, com as flores, com extrações, enfim, fico à disposição. Agora, acredito que eu tenha horário na segunda-feira Gabriel, só tenho que olhar na minha agenda direitinho, se você tiver disponibilidade, a gente pode agendar. Até o final do dia te passo o horário.

Eu: Entendi, perfeito. Gostaria sim de agendar, então, uma consulta.

Frank: Fala Gabriel, desculpe a demora, só estou com tempo agora, deixa eu te falar, 11 horas eu tenho livre, se você tiver disponibilidade a gente agenda já.

Eu: Consigo sim esse horário. A consulta será virtualmente mesmo?

Frank: Isso meu amigo, se você tivesse no Rio de Janeiro, a gente consegue fazer um atendimento presencial tá? Mas seu DDD, você deve ser do nordeste correto? Aí a gente faz por telemedicina sem nenhum prejuízo para você, você vai fazer um atendimento humanizado, consegue emitir receita, do mesmo jeito que seria presencial.

Eu: Moro no RJ atualmente, mas sou do Nordeste sim. Por conta de outras demandas no dia da consulta, o atendimento virtual seria melhor para mim.

Frank: Perfeito meu amigo, se você tá no Rio consigo te atender até na sede da ABRABA, porém, cara, eu vou viajar essa última semana e viajo na terça, retornando somente na próxima semana, então teríamos que adiar essa consulta nossa. [...] Então tranquilo, estou te encaixando aqui na agenda, e a gente conversa online por telemedicina nesse primeiro, e na revisão a gente ajusta direitinho para eu te atender lá na sede da associação, sempre gostei muito de atender o pessoal direto lá, tenho boas histórias e bons resultados. Abraço, até a consulta (Frank, conversa pelo *WhatsApp*, 2023).

No dia da consulta, Frank encaminhou o link de acesso à sala virtual da plataforma Google Meet e iniciamos a conversa. Nos apresentamos, ele perguntou o motivo da consulta, descrevi meu caso pessoal e conversamos durante pouco mais de 40 minutos. Durante a conversa, ele falou sobre o “sistema endocanabinóide”, “utilização de óleos ricos em canabidiol (CBD) para auxiliar nos problemas de insônia”, “cuidado com o consumo de tetrahidrocanabinol (THC) nos momentos de muita ansiedade”.

Frank perguntou se eu fazia o uso inalado ou fumado da planta e respondi que sim, já “que, algumas vezes, quando não estava com maconha, recorria ao cigarro/tabaco”. Ele perguntou sobre a frequência de uso e respondi ser entre dois e cinco baseados por dia.

Nesse momento, Frank me pediu para tentar reduzir o uso fumado do prensado gradualmente, para que também fosse possível encontrar a dosagem correta do óleo que seria receitado. Ao perguntar sobre o uso de medicações anteriores (eu já havia utilizado Zolpidem e Escitalopram¹⁶), falou que iria prescrever algumas flores disponíveis para importação e também os óleos ricos em CBD da ABRABA e que, ao iniciar o consumo, eu deveria entrar em contato e agendar o retorno, para ver se seria necessário ou não ajustar as doses.

Em seguida, pediu para encaminhar os meus dados pessoais para escrever a receita médica e o laudo médico, informando que enviaria as documentações e os contatos necessários por mensagem e encerramos a chamada. Por mensagem, Frank encaminhou um áudio da representante da ImportFlor (nome fictício), no qual a pessoa falava que, se eu enviasse o pedido no mesmo dia, até o final da noite, seria cobrado o valor antigo, mas, no dia seguinte, seria um novo valor. Logo em seguida, foi enviada uma imagem com a logo da empresa e a seguinte mensagem escrita:

Prezados(as) parceiros(as), informamos que, a partir de segunda-feira (10/07), nossas flores sofrerão reajuste.

Novos Valores:

Flores de CBD (nomes das flores)

- 3,5g: R\$192,50 | -7g: R\$ 350,00 | -1oz: R\$ 1.339,50

Flores de THCa (nomes das flores¹⁷)

- 3,5g: R\$332,50 | -7g: R\$ 665,00

Informamos, também, que não teremos pacotes de flores de THCa no tamanho de 1oz (Mensagem encaminhada por conversa pelo WhatsApp, 2023).

Logo após o envio do áudio e da imagem, Dr. Frank me encaminha a seguinte mensagem: “Entende porque o povo tem que poder plantar!? Essa galera não tá nem aí para os pacientes” (Frank, conversa pelo WhatsApp, 2023). Algumas horas depois, ele encaminhou três documentos e dois contatos de telefone:

¹⁶ Zolpidem é um medicamento utilizado no tratamento de insônia. Já o Escitalopram é utilizado no tratamento de ansiedade generalizada, transtorno de pânico e depressão.

¹⁷ Em substituição ao nome das genéticas vendidas para não ser possível a identificação da empresa.

Oi Gabriel, demorou, mas foi hein, tô te mandando aí a receita da ABRABA tá? Junto com o atestado médico que você precisa apresentar para eles também e a receita da ImportFlor das flores. Junto com as receitas, estou te mandando um contato do acolhimento da ABRABA e da representante da ImportFlor tá bom? E como eu te falei cara, parece que o último dia desse valor antigo das flores é hoje, então, se você quiser comprar hoje fica à vontade, caso contrário, quiser guardar, também fica à vontade tá? Qualquer dúvida pode me chamar aqui na sequência daqui a pouquinho eu te mando meu pix, obrigado ai e me fala quando começar o tratamento (Frank, conversa pelo *WhatsApp*, 2023).

Assim que recebi as documentações e os contatos, mandei mensagem para a representante da empresa ImportFlor e da ABRABA para realizar a aquisição dos produtos indicados pelo Dr. Frank. Esse foi o primeiro contato com a representante da empresa ImportFlor:

Eu: Olá, tudo bem? estou entrando em contato, pois peguei seu contato com Dr. Frank, seria sobre a compra das flores da ImportFlor.

IF: Olá, boa tarde!! Com quem eu falo? Ah sim. Você está de posse da receita? Quais seriam os produtos?

Eu: Me chamo Gabriel. Estou sim (encaminho arquivo da receita com os produtos).

IF: Prazer Gabriel, sou Fulana aqui da assessoria e somos representantes da ImportFlor aqui no Brasil!!

Eu: Quais seriam as documentações necessárias para realizar o pedido, formas de pagamento e essas coisas?

IF: Olha, vou precisar adiantar aqui seu cadastro. Para isso, vou precisar que você preencha as seguintes documentações e me envie assinado (encaminhou link de documentos):

- Procuração específica para preenchimento do cadastro no portal do governo federal (Anvisa) para a solicitação de importação excepcional de produtos à base de canabidiol¹⁸.
- Termo de consentimento para tratamento de dados pessoais (LGPD)
- Foto ou arquivo da Receita médica
- Foto RG, CPF e comprovante de residência. Os produtos chegam entre 15 a 20 dias depois de efetuar o pagamento (Representante da ImportFlor, conversa pelo *WhatsApp*, 2023).

¹⁸ O atendimento foi realizado por um funcionário da empresa que me solicitou uma procuração que possibilitou que a própria empresa realizasse a emissão da autorização excepcional de importação emitida pela Anvisa.

Com as documentações coletadas nesse processo de consultas, realizei o cadastro e obtive autorização excepcional para importação de produto derivado de cannabis para fins medicinais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com validade de dois anos, atendendo os requisitos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 660, de 30 de março de 2022.

Encaminhei as documentações solicitadas assinadas e ela perguntou quais eram os produtos que eu iria querer daqueles que me foram prescritos pelo médico e me encaminhou um arquivo em PDF intitulado “catálogo de produtos”. No documento, havia a descrição e as especificações dos produtos prescritos. Em minha receita, constavam apenas três tipos de “CBD Flowers” e dois tipos de “THCa Flowers”¹⁹. Fiz o meu pedido de dois tipos de “CBD Flowers”²⁰. As descrições sobre os produtos e a história da empresa eram encaminhadas aos clientes em um catálogo:

A história da ImportFlor começa em nossa fazenda familiar, situada no coração dos EUA²¹, uma área conhecida por seu solo incrivelmente fértil que o tornou a casa de muitos vinhos premiados. A escassez de flores de *hemp* de primeira linha em um mercado dominado por concorrentes que cortam custos na qualidade nos levou a criar a ImportFlor, uma marca artesanal de flores que se concentra no sabor e nos benefícios para a saúde. Os produtos ImportFlor são cultivados apenas com sol, água e o solo rico em nutrientes do LUGAR, pois, nós da ImportFlor, acreditamos que a natureza sabe melhor (Catálogo de produtos, ImportFlor, 2023).

¹⁹ O THCA, ou ácido tetraidrocanabinólico, é um dos muitos compostos encontrados na planta da cannabis. Ao contrário do THC (tetraidrocanabinol), conhecido por seus efeitos psicotrópicos, o THCA é encontrado na planta em sua forma ácida e não psicoativa.

²⁰ Flor de CBD 1: possui um cheiro pungente de diesel e um efeito de foco revigorante. Essa cepa é especificamente curada em barris de uísque, ajudando a realçar sua força natural, presença de terpeno e dando-lhe um forte aroma de carvalho; e Flor de CBD 2: é uma variedade criada por suas qualidades calmantes. Esta flor ajuda a relaxar durante o dia e a obter uma noite de descanso tranquila (Catálogo de produtos ImportFlor, 2023).

²¹ Lugares, nomes de pessoas e empresas foram intencionalmente alterados, a fim de evitar a identificação.

Depois que fiz o “passo-a-passo” para me tornar um paciente de maconha medicinal, com a prescrição médica, o laudo médico e o cadastro de importação na Anvisa, consegui realizar a compra de meu produto, chegando a receber em casa dois frascos com “flores de CBD” com 7 gramas cada. A unidade custou R\$350,00, mais o frete no valor de R\$120,00 (em compras acima de dois mil reais, o frete era grátil), totalizando R\$820,00. O pagamento foi feito por meio de um link e, após a confirmação, o código de rastreio foi disponibilizado em dois dias por e-mail.

No processo de associação junto à ABRABA para obtenção do óleo, enviei mensagem para o setor de acolhimento por aplicativo de mensagem, me apresentei e informei que havia realizado consulta com o Dr. Frank, questionando quais seriam os procedimentos para se associar e obter o acesso ao óleo. Por mensagem, responderam que:

Os óleos prescritos de CBD possuem o valor de R\$220,00 cada frasco com 30ml. Estando com a receita conforme nossa produção (concentração) e laudo, podemos realizar o seu cadastro pelo site da associação e dar início ao tratamento. Ao realizar o cadastro será gerado o valor da anuidade (R\$350,00) que poderá ser pago por boleto, pix ou cartão em 5 vezes. Em seguida, já conseguimos realizar seu pedido, que tem o prazo de 15 dias úteis para ser entregue ou feita a retirada na sede (Representante da ABRABA, conversa pelo WhatsApp, 2023).

Preenchi os dados no site da associação, paguei a anuidade e realizei a compra de uma unidade do óleo de CBD prescrito. Somente para iniciar o tratamento com os derivados da maconha medicinal, tive uma despesa de R\$1.740,00, referente à consulta médica, à compra de dois potes de 7g de “CBD Flowers”, à taxa de associação e à compra do frasco de 30 ml de óleo de CBD. Realizei a efetivação do pagamento e, em 20 dias corridos, já tinha retirado o óleo na sede da associação e recebido em casa os dois potes das “CBD Flowers” prescritos. As flores prescritas duraram dois meses, realizando o uso inalado e vaporizado em situações pontuais, e renderam pouco mais de 24 porções entre 0,5g e 0,7g. O frasco de óleo de CBD durou aproximadamente um mês, com a dosagem de 1ml por dia antes de dormir.

Logo após a importação, a Anvisa publicou a Nota Técnica nº 35/2023, suspendendo a importação de flores ou de quaisquer partes da cannabis²². Em publicação realizada no site do Gov.Br, a Agência informa que a Nota “considerou o alto grau de risco de desvio para fins ilícitos e a vigência dos tratados internacionais de controle de drogas dos quais o Brasil é signatário”²³.

Por isso, consegui realizar somente uma importação das flores, logo depois, a nota técnica foi publicada e não tive mais a possibilidade de continuar o tratamento com o uso inalado/vaporizado. Em nova consulta realizada, por sugestão do médico, foi adicionado um outro óleo com concentração maior de THC, também produzido pela associação do Rio de Janeiro, em substituição às flores que não seriam mais possíveis de serem importadas.

Continuei o tratamento com os dois óleos por mais quatro meses, realizando o pedido e o pagamento do óleo através da plataforma digital da associação. Ou seja, realizei o tratamento com o óleo de canabidiol produzido pela associação e as flores adquiridas através da importação por meio de empresa estrangeira.

Entretanto, por não conseguir arcar com o gasto mensal referente à aquisição dos óleos, voltei ao uso fumado. Cabe destacar que, durante a realização desta pesquisa, tive a oportunidade de ser bolsista vinculado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Após dez anos desde o último reajuste, em 2023, foi publicado o aumento dos valores das bolsas de pesquisa. A bolsa de mestrado passou de R\$1.500,00 para R\$2.100,00. Apesar de estar na condição de bolsista, quando iniciei as atividades

²² Em 19 de julho de 2023, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou a Nota Técnica (NT) 35/2023 que suspendeu a importação das flores e de qualquer parte da Cannabis *in natura*, bem como flores e partes da planta, utilizando como justificativa que a regulamentação atual dos produtos de Cannabis no Brasil “não inclui a permissão de uso de partes da planta, mesmo após o processo de estabilização e secagem ou mesmo nas formas rasuradas, trituradas ou pulverizadas” (Brasil, 2023). Para saber mais, ver: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2023/importacao-de-cannabis-in-natura-e-partes-da-planta-nao-sera-permitida>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

²³ Segundo a Nota Técnica nº 35/2023, houve um período de transição de 60 dias para conclusão das importações que estivessem em curso. Quanto às autorizações já emitidas para importação de Cannabis *in natura*, partes da planta e flores, o prazo de validade finalizou no dia 20 de setembro de 2023.

presenciais e comecei a arcar com os custos de mudança de estado, entre aluguel, despesas com moradia, alimentação, estrutura (internet, energia, entre outros) na cidade de Niterói, fui percebendo que o valor da bolsa é bastante limitado e não seria o suficiente, por exemplo, para arcar com o meu tratamento como paciente terapêutico de maconha.

Seguir o procedimento de me tornar um paciente terapêutico de maconha possibilitou não somente explorar uma das formas de acesso aos tratamentos legais com a planta, mas também me possibilitou ter acesso à rede de sentidos e crenças partilhadas por seus consumidores, o que me auxiliou a conduzir a pesquisa e me conectar com as histórias por meio das interlocuções.

Além de que, um dos aspectos observados no processo de tornar-me um paciente medicinal de maconha no Brasil, foi a transformação da saúde e do uso terapêutico da planta em uma mercadoria — regulado por transações financeiras e marcado por um acesso profundamente desigual. Na prática, e não diferente das demais dinâmicas da vida social, apenas os que dispõem de recursos para custear um tratamento mensal, sem comprometer os demais custos de sua vida, pode, de fato, adquirir e manter um tratamento de longo prazo com os derivados de maconha atualmente no Brasil.

Ou seja, sendo “boy”, tanto no mercado regularizado de acesso à maconha medicinal no Brasil, ou através de redes de confiança e contatos de produtos de “boa qualidade” disponíveis no mercado ilegal, a maconha já é legalizada. Assim, nota-se que as transações com a maconha operam sob um regime de legalidade seletiva. Ou seja, o acesso à planta é garantido a quem está blindado pelas hierarquias sociais.

A questão econômica não é a única variável que compõe essa discussão, principalmente, sendo o cerne da questão a política de guerra às drogas no Brasil e o racismo estrutural que convertem a ilegalidade em um mecanismo de controle social. Enquanto alguns consomem sem riscos, outros são perseguidos e criminalizados pelo mesmo ato, evidenciando que a regulamentação da planta precisa considerar não apenas as moralidades envolvidas no processo, mas também as desigualdades históricas que compõem o país e a sua tradição jurídica.

Considerações finais

Finalizando esse escrito, muitas outras questões me vieram ao longo desse processo de pesquisa, com um maior enfoque nas descrições das diferenças e similaridades entre as práticas de cultivo, o comércio e as demandas políticas de jardineiros, cultivadores ou *growers* no processo de circulação da maconha nos estados do Rio de Janeiro e de Sergipe.

A pesquisa ainda está em andamento, com entrevistas sendo realizadas, e este relato compõe parte do texto de dissertação que apresentei primeiro semestre de 2025. As descrições apresentadas fazem parte das primeiras experiências de trabalho de campo, com a realização de entrevistas e a observação participante em eventos e redes de pessoas que pensam sobre as políticas públicas envolvendo a planta.

A partir dos contatos que fui estabelecendo, outras questões foram sendo trazidas pelos interlocutores, como indagações sobre políticas direcionadas aos cultivadores em disputas envolvendo a regulamentação do cultivo no país, formas de organização das demandas da categoria de jardineiros no mercado legal e ilegal (cooperativas, sindicato, associações, clubes ou outro) e desigualdade no acesso à maconha (legal ou ilegal).

Um dos fatos que atravessa as histórias dos cultivadores é a violência policial e a forte presença da criminalização envolvendo a Lei de Drogas (nº 11.343/2006) daqueles que são usuários, daqueles que cultivam a maconha e, principalmente, de quem comercializa ou obtém qualquer lucro com a planta. São vários os fatores, jurídicos ou não, que auxiliam no processo de estigmatização de quem é quem nesse cenário de “guerra”. Em uma dinâmica de segurança pública e controle social operacionalizados para um confronto (“às drogas”), e que se reflete em fenômenos como o encarceramento em massa, o racismo estrutural, a corrupção, a desigualdade estrutural e outras variáveis que complexificam o trabalho de pesquisa, tendo em vista os diferentes contextos entre os atores, os lugares, as redes e as relações do grupo pesquisado.

A perspectiva etnográfica por meio de interlocuções e da minha experiência pessoal me tornando um paciente medicinal, ou seja, a experiência como sujeito de análise, permitiu-me analisar de perto as tensões e as disputas envolvendo o uso medicinal regulado e as transações formais e informais pelo fornecimento da planta, seja através da importação de derivados ou pela produção realizada no país. Independentemente de onde os produtos cheguem, todos partem de uma figura em comum: os cultivadores. A manutenção do conhecimento empírico desses atores, das técnicas de manejo até as estratégias para evitar a repressão, não apenas sustenta a cadeia de acesso à maconha, mas expõe uma contradição estrutural: o mesmo poder público que criminaliza quem planta para subsistência (autocultivo) ou para o fornecimento a terceiros, depende desse saber para sustentar um mercado interno paralelo. Esses sistemas informais sustentam demandas que o poder público não consegue suprir, perpetuando um ciclo de criminalização de um conhecimento histórico que auxilia milhares de pessoas, usuárias ou pacientes.

Referências

BECKER, Howard S. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRANDÃO, Marcílio Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um “problema público” no Brasil. In: MACRAE, Edward.; ALVES, Wagner Coutinho. *Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 103-132.

BRANDÃO, Marcílio. *Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, École de Hautes Études en Sciences Sociales, Recife e Paris, 2017.

BRANDÃO, Marcilio; FRAGA, Paulo; RODRIGUES, Luzania Barreto. A justiça e a terapêutica: Significados atribuídos por médicos psiquiatras e por juízes de direito à legislação relativa à maconha. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2024. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v17.n.1.56189>

BRASIL. *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/l11343.html. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. *Nota Técnica nº 35, de 19 de setembro de 2023*. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2023/copy2_of_NT35.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. *Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 660, de 30 de março de 2022*. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao medicamentos/rdc-660-2022>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FIGUEIREDO, Emílio Nabas. *A Advocacia e a Maconha: uma etnografia sobre os advogados nas defesas e demandas da Cannabis no Brasil*. 2021. Dissertação (Mestrado em Justiça e Segurança) – Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela (Org.). *De maconha à cannabis: entre política, história e moralidades*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Aldeia, 2023.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da maconha. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, v. 9, n. 15, p. 95-118, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. Por uma Antropologia do Direito no Brasil. In: KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaios de Antropologia e de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011. p. 1-38.

KAYA MIND (2022). Manga Rosa Flor: Explorando as características únicas desta flor. Disponível em: <https://kayamind.com/manga-rosa-flor/>. Acesso em 16 de jan. 2024.

SANTOS, Claudefraklin; MODESTO, Alailson; MONTEIRO, Patricia; SANTOS, Raylane (Org.). *Uma cidade em pé de guerra: Saramandaia x Bole-bole*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

MOTTA, Yuri. O paciente dedo verde: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MOTTA, Yuri; VERÍSSIMO, Marcos. Notas sobre práticas de jardinagem, relações mercadológicas e seus efeitos na produção e reprodução da “cultura canábica”. *Teoria e Cultura*, v. 15, n. 2, 2020.

PLANET HEMP. Jardineiro. In: *Jardineiros: A Colheita*. 2023. Disponível em: https://youtu.be/pj6henw_zGM. Acesso em 23 jan. 2025.

POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. Dignidade, doença e remédio: Uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 1, p. 143-166, 2019.

POLICARPO, Frederico. O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

STUART MILL, John. *O Utilitarismo*. São Paulo, Editora Escala: 2007.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alter-ação como evento. *Revista de Antropologia*, v. 49, n. 2, p. 581-623, 2006.

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar: individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERISSIMO, Marcos. Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo dos usos e cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

VIDAL, Sérgio. *Colhendo Kilobytes: o Growroom e a cultura do cultivo de maconha no Brasil*. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

Recebido em 31 de julho de 2024.
Aceito em 21 de maio de 2025.